



série diálogo feminista

#8

NOVEMBRO 2019

Não existe “futuro do trabalho” se não houver respeito pela Natureza: perspectivas ecofeministas de reexistências anti-extractivistas da América Latina

Lucía Delbene Lezama

O discurso actual do “futuro do trabalho” refere-se à transformação das economias de hoje através da “revolução digital”. Muitas das análises bastante capitalistas e eurocêntricas promovem a ideia de rectificações rápidas e orientadas pela tecnologia para problemas complexos. Contudo, essas propostas conduzem ao aprofundamento dos modelos económicos extractivistas existentes e às suas consequências negativas para as mulheres e os trabalhadores do que a uma transformação importante em direcção a um desenvolvimento humano justo em termos sociais, ambientais e de género. Há décadas que as ecofeministas na América Latina lutam contra o extractivismo. As suas críticas e alternativas localmente vividas expõem um caminho para uma abordagem diferente do desenvolvimento humano e para promover um futuro digno de ser vivido e feminista para as trabalhadoras, com base no respeito pelos seres humanos, pela Natureza e pelos meios de subsistência.

A extracção de recursos naturais está presente histórica e consistentemente na América Latina, levando ao esgotamento desses recursos na sua forma convencional. Isto significa que, para sustentar os níveis de crescimento desejados pelos actuais modelos de desenvolvimento, é necessário intensificar a extracção, avançar para novos territórios e extrair recursos naturais que antes eram considerados de baixa qualidade. Esta

é uma das razões pelas quais os modelos extractivos se alastraram e continuam a alastrar na América Latina. De acordo com Eduardo Gudynas (2013), um projecto pode ser considerado extractivo quando há um grande volume ou extracção intensiva de recursos naturais, quando 50% do que é extraído é exportado e quando o produto exportado é principalmente não processado (matéria prima). As operações de mineração nos



países andinos, o avanço das empresas de petróleo na Amazônia e as práticas de monocultura de soja, eucalipto e pinheiro nos países do Cone Sul são bons exemplos. Todas estas actividades têm um alto custo social e ambiental nos territórios empobrecidos. Mas esses impactos não são contabilizados pela economia convencional e geralmente não fazem parte dos discursos de desenvolvimento.

Os direitos humanos e os direitos da Natureza (Gudynas, 2014) são violados com o aparecimento de novos projectos económicos em ambientes naturais já esgotados, onde as comunidades locais são profundamente afectadas. O impacto destes projectos económicos em toda a América do Sul chegou a tal ponto que as consequências sociais e ambientais já não são toleradas pelas comunidades afectadas. Isso está a resultar no aumento de conflitos socioambientais na região. Infelizmente, estes conflitos provocam mais e mais mortes e a criminalização das pessoas, que estão a defender a Natureza e seus territórios. Segundo a organização de direitos humanos Global Witness, 168 pessoas terão sido mortas em 2018 em resultado do seu activismo ambiental. Mais da metade destas mortes ocorreu na América Latina. Este continente parece ser o mais mortal para os defensores da terra.

Consequências do desenvolvimento extractivista para a vida das mulheres

Em resultado da divisão sexual do trabalho, a extrema degradação ambiental no contexto de projectos económicos extractivistas causa um tipo diferente de impacto nas mulheres e nos homens. Exemplos disto têm sido amplamente documentados na América Latina. (e.g. Ojeda, 2011; Colectivo CASA, 2013a; Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2014; Santisteban, 2017). Desta forma, surgiram diferentes conceptualizações para tornar visíveis esses impactos de género.

Por exemplo, o colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (Visões críticas do território a partir do feminismo) utiliza a categoria “corpo-

território”, cunhado pelo feminismo comunitário na Guatemala, para demonstrar que sempre que há uma degradação grave do território, isso manifesta-se no corpo, particularmente no corpo da mulher. Sob essa noção, o corpo e o território influenciam-se e definem-se, moldando um continuo indivisível.

Por sua vez, o Colectivo CASA (Colectivo para a Coordenação de Acções Sociais e Ambientais) na Bolívia, utiliza a categoria de violência ambiental contra a mulher e define-a como “qualquer acto ou omissão que, por danificar o Meio Ambiente, impeça ou restrinja o gozo dos direitos das mulheres, comprometendo a sua qualidade de vida, integridade, saúde, economia, trabalho, riqueza, identidade cultural e que são causados por actividades antropogénicas”.

Além disso, a Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais, identificou 8 categorias de violência que têm um impacto distinto nas mulheres sempre que há uma apropriação ou destruição generalizada dos recursos naturais. Quatro destas categorias violam territórios corporais das mulheres e os quatro restantes violam territórios terrestres. O primeiro grupo inclui a estigmatização e a criminalização de mulheres defensoras, a violência sexual e o caso mais extremo que é o feminicídio. O segundo grupo inclui a violação dos direitos da Natureza, a desapropriação e a poluição, a violação da soberania alimentar e a militarização de territórios. Num modelo extractivista, pode haver impactos directos ou indirectos sobre as mulheres. Os primeiros estão ligados à poluição ambiental e aos efeitos negativos associados à masculinização do território. À medida que novos trabalhadores e forças de segurança estatais ou privadas vêm de fora da comunidade, os estereótipos sexistas de género são reforçados nestes territórios masculinizados. Isto geralmente resulta no aumento da violência de género, como seja o assédio nas ruas e o abuso sexual. Para as mulheres, isto denota a perda de segurança nos espaços públicos e limita-as ainda mais ao ambiente doméstico-privado.

Além disso, estas circunstâncias promovem o aumento dos estereótipos da masculinidade hegemónica, ligados a





demonstrações de poder através da dominação e do controlo sobre os corpos das mulheres.

Os efeitos indirectos são o resultado de relações sociais complexas e, como tal, tendem a passar despercebidos. Estes efeitos surgem através de duas vias inter-relacionadas (Delbene-Lezama, 2017).

A primeira afecta o estatuto da mulher, ou seja, ocorre quando a degradação ambiental reforça as relações desiguais entre os géneros, aumentando o fosso das desigualdades, minando ainda mais tudo o que está associado às mulheres e noções femininas. Por um lado, esta via está ligada às dificuldades que as mulheres enfrentam para cumprir adequadamente os papéis atribuídos em ambientes contaminados, porque são incapazes de cumprir as suas tarefas, por exemplo, a produção de alimentos para consumo próprio. Neste caso, tanto as mulheres como os seus métodos de produção perdem valor social. Por exemplo, a baixa fertilidade do solo devido à contaminação do mesmo leva a uma queda na produção tradicional de alimentos. Isto faz com que as famílias adoptem métodos ocidentais de produção, como o uso de fertilizantes químicos e produtos de protecção à colheita, sementes geneticamente modificadas e o uso de equipamentos, entre outros. Em resultado, as mulheres tornam-se mais dependentes de um salário (geralmente contribuído por homens), há uma perda de soberania alimentar, os seus conhecimentos e tecnologias são prejudicados e perdem a sua autonomia. Também aumenta as horas de trabalho dedicadas às tarefas de prestação de cuidados.

A segunda via é imposta através de uma posição que já está subordinada e invisível e que expõe as mulheres a uma maior vulnerabilidade. Um exemplo disso foi recentemente documentado no Uruguai, onde foi estudado o impacto do uso de agro-químicos nas



lavouras na saúde humana. O estudo indica que as mulheres que vivem em terras próximas das plantações, onde esses produtos são utilizados, são o grupo mais afectado, uma vez que o nível de contaminação detectado é três

vezes maior que o nível detectado nos aplicadores (que são na sua maioria homens) (Núñez, 2017). Isto acontece principalmente porque as mulheres, como não são trabalhadoras directas, não são tomadas em consideração quando são fornecidas as medidas de segurança necessárias ao se aplicarem produtos químicos, ao contrário dos aplicadores que, por lei, devem usar máscaras e equipamentos de protecção. Mas podemos até ir mais além e dizer, com muitas provas de apoio, que a maioria das políticas públicas ambientais e de uso da terra são cegas em termos de género (não neutras em termos de género), visto que se baseiam num assunto padrão generalizado que é masculino, branco e urbano. Em resultado, as mulheres ficam desprotegidas por regulamentos e fundamentações que normalizam aquilo o que é masculino (Delbene-Lezama, 2019).

Por que as mulheres estão a liderar a defesa dos territórios e da Natureza na América Latina

As condições dominantes da divisão sexual do trabalho e os modelos de masculinidade e feminilidade hegemónicas ditam que, em geral, são os homens que estão mais inclinados a aceitar as operações extractivistas e são mais resistentes a impactos ambientais negativos, visto que obtêm algum tipo de compensação em troca, como ganhos financeiros ou oportunidades de emprego.

Por exemplo, as entrevistas realizadas com mulheres afectadas pelas operações extractivistas na Bolívia mostraram muitos casos em que as mulheres reagiram de forma distinta dos homens quando o ambiente em que viviam foi contaminado ou ameaçado, originando mesmo rupturas familiares (Delbene-Lezama, 2015 b e c). Nas palavras dessas mulheres, é possível identificar as noções diferentes de como elas percebem a sua relação com o meio ambiente: elas reconhecem pertencer ao mundo natural, o que gera um senso de responsabilidade perante a Natureza; existe uma consciencialização de conexão, de e para a Natureza e, portanto, acredita-se que o meio ambiente nos afecta e que nós afectamos o meio ambiente. Há uma consideração pela vida humana e não humana. Por fim, é reconhecido um sentimento de vulnerabilidade ao aceitar que não



temos controlo completo sobre os processos naturais. Muitas dessas abordagens são consistentes com as crenças ecofeministas. Enquanto os seus maridos, que também aparecem na sua narrativa, muitos deles mineiros, se considerem fortalezas intransponíveis e acreditam que a contaminação nos seus corpos, resultado do seu trabalho, pode ser facilmente removida com um simples banho.

Tendo em conta as diferenças nos seus percursos de vida e subjectividades moldadas pela divisão sexual do trabalho, pode-se dizer que, em geral, as mulheres e os homens têm percepções diferentes dos impactos e benefícios das actividades produtivas que provocam mudanças substanciais na paisagem e degradam o meio ambiente. E, como tal, nesta região, assim como noutras partes do mundo, os homens são tentados ou são socialmente forçados a aceitar empregos nessas operações para cumprir o seu papel de provedores. Por outro lado, as mulheres são as que lideram a luta contra o avanço das operações extractivas, uma vez que essas actividades comprometem a sustentabilidade da vida das suas famílias.

Como resultado, há cada vez mais grupos independentes de mulheres na América Latina que lutam para defender os territórios e o activismo ecofeminista. Alguns destes grupos, como a Rede Latino-Americana de Mulheres em Defesa dos Direitos Sociais e Ambientais, intitulam-se deliberadamente ecofeministas. Mas o ecofeminismo também está presente num sentido amplo, nas práticas e nos discursos de muitos colectivos de mulheres que defendem a protecção da Natureza e dos territórios.

Por exemplo, os colectivos de mulheres, particularmente mulheres indígenas e rurais, que promovem a agroecologia como uma forma de lutar pela soberania alimentar e pelos seus direitos como mulheres (Puleo, 2011). Diferentes propostas e contribuições surgem da intervenção local destas mulheres nos seus territórios, essenciais para alcançar um novo tipo de relacionamento entre as pessoas e a Natureza. Entretanto, os colectivos, como a Rede acima referida, estão a fazer contribuições extraordinárias,



coordenando esforços a nível regional e colectando provas dos impactos ambientais diferenciados por género, que geralmente são invisíveis.

Por fim, deve ficar claro que, embora exista uma tendência crescente na liderança das mulheres nos movimentos locais de defesa do território, este papel de liderança não se reflecte nos ambientes de tomada de decisão, nem ao nível comunitário, institucional ou político, que são histórica e actualmente ambientes dominados pelo sexo masculino.

Assim, é importante realçar que os impactos sob o meio ambiente, como acima mencionado, não são neutros em termos de género, como também não são as responsabilidades. Reconhecer a natureza androcêntrica da destruição ambiental generalizada é uma questão premente, uma vez que os actuais sistemas de energia são dominados pelos homens e respondem a razões patriarcais (Mary Mellor, 2000; Delbene-Lezama 2019). Neste sentido, o colectivo ecofeminista venezuelano LaDanta-LasCanta introduz o conceito de “Phallus-cene” (Faloceno em espanhol) como hipótese de trabalho. Estes autores baseiam esta designação na noção que a nossa era actual está estruturada em torno de

Uma rede de relações sociais desiguais, hierárquicas, opressivas e destrutivas, que afectam principalmente as mulheres e a Natureza, e que apoiam a civilização Ocidental. A actual destruição da rede de ecossistemas no nosso planeta é uma extensão “natural” das relações típicas de poder e das formas de violência do patriarcado (LaDanta-LasCanta, 2017b).

Uma estrutura ecofeminista para desenvolver alternativas de re-existência

Se aceitarmos que ambas as formas de opressão - opressão da mulher e da Natureza - são responsáveis pelo actual sistema socioeconómico hegemónico e por várias das actuais crises globais (ambiental, climática, social, prestação de cuidados), parece útil desenvolver potenciais alternativas de uma perspectiva integradora e adoptar uma abordagem ecofeminista construtivista.



Segundo Yayo Herrero, o ecofeminismo é uma corrente de pensamento e um movimento social que explora o interesse comum e as possíveis sinergias entre o ambientalismo e o feminismo. A partir deste diálogo, o movimento pretende partilhar e promover o conceito e o valor político de ambos os movimentos, para que a análise dos problemas que cada um dos movimentos empreenda separadamente seja aprimorada em profundidade, complexidade e transparência. (Herrero, 2015)

Para além de conferir visibilidade aos impactos ambientais e àqueles diferenciados em termos de género dos actuais modelos de desenvolvimento, há outras vantagens na abordagem integrada do ecofeminismo ao considerar alternativas. O potencial do ecofeminismo como estrutura analítica reside na articulação de teorias críticas, ambientalismo e feminismo, criando uma teoria mais realista que coloca a vida no centro.

Os movimentos ecofeministas expressam a necessidade de começar a pensar nos fundamentos materiais que sustentam a vida. De acordo com Herrero, “devemos começar a reconhecer que os seres humanos são interdependentes e dependentes do meio ambiente” (Herrero, 2013 e 2015). A identificação da interdependência implica reconhecer que, como seres humanos, somos incapazes de viver isolados. Todas as pessoas, uma vez que são encarnadas em corpos vulneráveis, necessitam de cuidados durante o seu ciclo de vida, numas alturas mais que noutras (como seja na infância e na velhice), mas todas devem ser cuidadas. Esses cuidados, que não podem ser deixados por fazer, requerem tempo, trabalho e energia e recaem desproporcionalmente nos ombros das mulheres. Além disso, como somos seres ambientalmente dependentes, precisamos de usar os recursos da Natureza para viver. Como tal, não podemos viver separados da Natureza e dos seus ciclos naturais. Devemos reconhecer que, como espécie, também fazemos parte da Natureza.

As questões ambientais foram incluídas no início da agenda regional feminista, sem o uso real do termo como tal.

Sobretudo com as demandas dos movimentos feministas indígenas que declaram que os seus direitos como mulheres não podem ser separados dos seus territórios ou dos seus direitos colectivos (Lilián Celiberti, 2019). Desde o início que o ecofeminismo na América Latina é activo, empreendido por acção colectiva e em rede e, como tal, está enraizado numa forte componente de base (Nancy Santana Cova, 2005). Segundo LaDanta-LasCanta, os primeiros movimentos ecofeministas Latino-Americanos surgiram nos anos 90, decorrentes da Teologia da Libertação, através do trabalho com comunidades locais de teólogos e catequistas.

Como podemos desenvolver alternativas baseadas no ecofeminismo para abordar o bem-estar social e a economia?

Obviamente, não existe uma resposta única para esta questão, nem deve existir, pois as alternativas devem ser formuladas com base numa abordagem territorial e, como tal, tomar em conta as características locais. No entanto, como ponto de partida, do ponto de vista ecofeminista, todas as iniciativas devem-se concentrar no fortalecimento dos laços da comunidade e na reconexão subjectiva com a Natureza. Por outras palavras, as acções devem-se centrar na geração de ambientes férteis que facilitem o cumprimento e o restabelecimento duma subjectividade positiva em torno das duas co-dependências mencionadas na secção anterior. A construção da comunidade está inequivocamente relacionada com a interdependência e a reconexão com a Natureza e a dependência ambiental. Estas propostas alternativas buscam novas formas de vida que beneficiam abordagens ascendentes focadas na sustentabilidade da vida. Com este propósito, também será necessário romper com a supremacia e a sobrestimação do conhecimento técnico-científico e abrir o espectro para outras formas igualmente válidas de conhecimento.

Então, quais são as características dos ambientes que constroem comunidades? São espaços onde nos podemos reunir e trocar experiências e conhecimentos. Fóruns de reflexão e escuta. São ambientes que promovem o compromisso e a ajuda





mútua, que são características essenciais para a união e a construção da comunidade. Também são ambientes que podem ajudar a fortalecer relações que vão além dos laços familiares e a promover fóruns de apoio e de prestação de cuidados compartilhada. Estes elementos podem desenvolver progressivamente redes alargadas de apoio e de prestação de cuidados, que, dada a divisão sexual predominante do trabalho, resultaria numa melhoria importante na vida de muitas mulheres. Todos estes tentam sustentar a coesão entre pessoas que compartilham um espaço específico e têm a capacidade para produzir sinergias ascendentes positivas, que abrangem escalas maiores. Assim, servem para estabelecer, valorizar e construir ambientes que promovem as acções necessárias para preservar uma das duas co-dependências materiais que sustentam a vida: interdependência.

Mas, de uma perspectiva ecofeminista, as acções alternativas também devem apoiar na construção de uma subjectividade positiva para nos conectamos novamente com a Natureza. Porquê? Porque devemos reconhecer e aceitar a dependência ambiental, ou seja, a relação entre a reprodução da vida humana e o estado do meio ambiente. Neste sentido, é imprescindível criar fóruns ou iniciativas que nos permitam promover a sensibilização do trabalho necessário, os tempos naturais envolvidos, os recursos esgotados e os impactos provocados por qualquer método de produção.

Por fim, a terceira característica que as iniciativas devem respeitar é a promoção de ambientes favoráveis à transferência do conhecimento e de valorizar as formas alternativas de conhecimento contribuídas por todos os membros do colectivo, onde todos têm algo a contribuir e algo a aprender. Desta forma, introduz-se um contra-discurso que contesta a sobrestimação do conhecimento Ocidental baseado em convenções científicas e académicas como a única forma de entender a realidade. Isto também divide e hierarquiza a sociedade, pois, por um lado, existem poucas pessoas consideradas como criadoras e agentes que transferem conhecimento e, por outro lado, existem muitas outras que são consideradas meras destinatárias passivas desse conhecimento.

Alguns exemplos de fóruns que respeitam estas características e que estão actualmente em prática são as hortas comunitárias, associações de consumo responsável, comércio de permuta feminista e espaços de emancipação, iniciativas para reutilizar bicicletas abandonadas, complementadas com aulas de mecânica básica.

Considerações Finais

É urgente criar fóruns como os descritos acima num contexto como o da América Latina, onde a maioria das pessoas vive em sociedades urbanas individualistas e atomísticas, e onde as decisões dos governos – que são excessivamente centralizados – se baseiam em tecnocracias servis. Porque as decisões que são relevantes para o destino do país e o planeamento do uso da terra são geralmente tomadas nas cidades pelas pessoas urbanas, na sua maioria do sexo masculino. Por exemplo, a decisão tomada por alguém plenamente consciente da quantidade de trabalho, tempo e recursos envolvidos na produção de alimentos saudáveis será completamente diferente da decisão tomada por alguém que tem a impressão que os alimentos brotam naturalmente e diariamente no corredor do supermercado.

Portanto, é urgente e fundamental tomar consciência do acima mencionado para mudar o curso dos acontecimentos e para parar de perder as pessoas e os territórios que, de facto, sustentam a vida. Isso exige uma mudança no conjunto de crenças que fundamentam a nossa compreensão do mundo e as nossas acções, e significa que o nosso trabalho como activistas ecofeministas deve abordar diferentes níveis: simbólico e material. A tarefa envolve derrubar os conjuntos de crenças dominantes para construir uma maneira alternativa de criar relações sociais entre as pessoas e com a Natureza, de forma a transformar a realidade material. Esta nova perspectiva da vida comunitária, mesmo que comece em pequena escala, como em pequenas hortas comunitárias, é o primeiro passo para manter o conhecimento local e para começar a criar redes de apoio. Assim, as pessoas que





estão conscientes, por exemplo, que estão envolvidas nas hortas comunitárias, procurarão envolver-se nas redes de consumo responsável que compram directamente dos agricultores familiares que, por sua vez, adoptam práticas de agricultura orgânica. Estes, por sua vez, estão envolvidos nas redes nacionais e fazem parte de um movimento social da narrativa Latino-Americana, como o movimento agro-ecológico.

Este é um bom exemplo de como a transformação das nossas práticas sociais a nível individual e comunitário pode ser relacionada a estruturas maiores, conduzindo a movimentos regionais com potencial político e económico para provocar mudanças institucionais. Mas não nos devemos esquecer que transformações desta natureza a nível institucional são frágeis e improváveis, a menos que haja pessoas por trás das mesmas que as defendam e se dediquem de alma e coração à transformação social e ecológica que é

tão urgentemente necessária. Na América Latina, o corpo que personifica a transformação é um corpo feminizado e feminista.

Por fim, é importante salientar que já existem fóruns de re-existência que observam as características acima mencionadas, sempre existiram. É só preciso olhar para as áreas historicamente invisíveis e desconsideradas. Aí encontraremos as propostas alternativas que tão desesperadamente buscamos. Propostas que não são comerciais nem individualistas, mas sim novos tipos de relacionamentos que não se baseiam na destruição e na fragmentação. Basta analisar porque é que as duas co-dependências inevitáveis necessárias para sustentar a vida, isto é, a interdependência e a dependência ambiental continuam a existir, para entender que, se essas alternativas não subsistissem, a realidade do planeta seria actualmente muito mais estéril. ◉





Referências:

Carvajal, Laura M. (2016). Extractivismos en América Latina. Impactos en la vida de las mujeres y propuestas de defensa del territorio, Bogotá: Fondo de Acción Urgente (FAU)-Latin America.

Celiberti, Lilián (2019). Feministas ecologistas, ecofeministas: aprendizajes desde la práctica. In: Celiberti, Lilián (coord). Las bases materiales que sostienen la vida. Perspectivas Ecofeministas . Montevideo: Cotidiano Mujer and Dafnias Ecofeminist Collective.

Colectivo CASA (Colectivo para a Coordenação de Ações Socioambientais) (2013a). Minería con “M” de machismo, Madre tierra con “M” de mujer. Percepciones femeninas sobre los impactos ambientales y los conflictos con la minería en comunidades indígenas campesinas (sistematización de diez casos) . Oruro: Colectivo - CASA .

Colectivo - CASA (2013b). Plataforma de propuestas para el ejercicio de los derechos colectivos y la justicia de género . Oruro: Colectivo - CASA.

Colectivo - CASA (2015). La tierra es nuestra madre, el agua es nuestra leche. La defensa de la madre tierra y del agua como estrategia de lucha contra la violencia medioambiental hacia las mujeres .Oruro: Colectivo - CASA.

Colectivo - Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2014). La vida en el centro y el crudo bajo la tierra. El Yasuní en clave feminista. . Quito: Colectivo - Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo .

Colectivo - Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017). Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Colectivo - Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo

Delbene-Lezama, Lucía (2015a). Género, ecología y sustentabilidad. Documentos de trabajo CLAES, 73, 1-17. Delbene-Lezama, Lucía (2015b). Las mujeres no se rinden: ecofeminismos y desarrollos en América Latina . ALAI [online], Espanhol. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/articulo/171668> [2017, June 7th].

Delbene-Lezama, Lucía (2015c) Les femmes et l’extractivisme en Amérique Latine: l’écoféminisme latino-américain . Caminando, 30, 13-15.

Delbene-Lezama, Lucía (2017). Introducción al Ecofeminismo: Por qué hablamos de impactos ambientales diferenciados . Trabalho apresentado no IV Seminário de Debate Feminista, Escola de Ciências Sociais, Universidade da República, Montevideu, Uruguai.

Delbene-Lezama, Lucía (2019). Una mirada ecofeminista a la gestión del agua en Uruguay. Em: Celiberti, Lilián (coord). Las bases materiales que sostienen la vida. Perspectivas Ecofeministas. Montevideo: Cotidiano Mujer e Colectivo Ecofeminista Dafnias.

Delbene-Lezama, Lucía, Achugar, Mariana e participantes do curso (2019). Abrazar la eco y la interdependencia para pensar alternativas. In: Celiberti, Lilián (coord). Las bases materiales que sostienen la vida. Perspectivas Ecofeministas . Montevideo: Cotidiano Mujer e Colectivo Ecofeminista Dafnias.



Gudynas, Eduardo (2013). Extracciones, Extractivismos y Extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. Observatório de Desenvolvimento CLAES, 18, 1-18.

Gudynas, Eduardo (2014). Derechos de la naturaleza y políticas ambientales. La Paz: Plural editores.

Gudynas, Eduardo (2015). Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB e CLAES.

Herrero, Yayo (2013). Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. Revista de Economía Crítica, 16, 278-307.

LaDanta LasCanta (2017a). De la teología al antiextractivismo: ecofeminismos en Abya Yala. Ecología política. Cadernos de debate internacional. 54:35-41

LaDanta-LasCanta (2017b). El Faloceno: Redefinir el Antropoceno desde una mirada ecofeminista. Em Martínez Alier, Joan, Ignasi Puig Ventosa, Ignasi e Monjo Omedes, Anna. Ecología política. Cadernos de debate internacional (p.26-33). Catalonia: Incaria editorial

Mellor, Mary (2000). Feminismo y ecología. Cidade do México: Siglo Veintiuno.

Núñez, Lucía (6 de Junho, 2017). Uso de plaguicidas afecta la salud de amas de casa del norte del país . El Observador. [Online], Espanhol. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/uso-plaguicidas-afecta-la-salud-amas-casa-del-norte-del-pais-n1080564> [2017, July 14th].

Ojeda, Diana (2012). Género, naturaleza y política: Los estudios sobre género y medio ambiente . HALAC, 1(1), 55-73.

Puleo, Alicia H. (2011). Ecofeminismo para otro mundo posible. Madrid: Ediciones Cátedra.

Santana Cova, Nancy (2005) El Ecofeminismo Latinoamericano, Las Mujeres y la Naturaleza como Símbolos . Trujillo: Cifra Nueva, Universidade dos Andes.

Silva Santisteban, Rocío (2017) Mujeres y conflictos ecoterritoriales. Lima: Entre pueblos, AETI, Demus, Estudios para la defensa de los derechos de la mujer , CMP Flora Tristán e Coordinador Nacional de Direitos Humanos.



Sobre a Autora

Lucía Delbene Lezama é formada e pós-graduada com especialização em Gestão de Áreas Naturais, assim como um mestrado em Geociência da Universidade da República do Uruguai. Lucía possui também um mestrado em Políticas Públicas e Género da Universidade de Ciências Sociais da América Latina (FLACSO). A sua pesquisa foca em teorias de Ecologia Social e Ecofeminista. Lucía é co-fundadora do Colectivo Ecofeminista Dafnias no Uruguai, organiza cursos, palestras e seminários em vários países e já divulgou diversas publicações.

Serie de Diálogo Feminista

A Ideia da Série Diálogo Feminista nasceu durante uma Workshop Internacional sobre o Feminismo Político em África organizada pela Plataforma Feminista Moçambicana Fórum Mulher e a Fundação Friedrich Ebert (FES) em Outubro de 2016 em Maputo. A reunião juntou mais de 50 activistas e académicas feministas de todo o continente. Inspirada por discussões e intervenções estimulantes no workshop, esta série visa ser uma plataforma para a partilha de reflexões feministas importantes. Desta forma a série quer contribuir para o desenvolvimento e divulgação do conhecimento feminista africano para transformar as condições políticas e económicas no continente para a justiça social e do género.

Esta edição especial da Serie diálogo feminista conta com o apoio de “The Future is Feminist”, um projecto global da Friedrich-Ebert-Stiftung. O projecto trabalha com feministas da Africa, América Latina, Europa, Asia e do Meio Oriente para desenvolver visões positivas para um futuro melhor e analisa especialmente os efectos da digitalização e dum mundo de trabalho em transformação

A Série Diálogo Feminista conta com a contribuição artística de Ruth Bañón (cabeçalho) e o design de Sebastião Montalvão (Lateral Comunicações).

Esta série é organizada por:



O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. Esta publicação pode ser citada, ou em extractos reproduzida, desde que a fonte seja devidamente reconhecida. As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente as da Friedrich-Ebert-Stiftung.